

Tabela 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008

R\$ 1,00

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SET /2007 A AGO/2008	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	95.533.119,46	-
Pessoal Ativo	94.596.343,80	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	936.775,66	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.162.684,43	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	6.162.684,43	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	89.370.435,03	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	89.370.435,03	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	3.260.782.665,38	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,74	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	195.646.959,92	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,70 % >	185.864.611,93	


FONTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA / SEFAZ-TO (RCL)

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.


 Gizelson Monteiro de Moura
 Diretor Financeiro
 CPF N° . 789.318.861-78


 Des. DANIEL NEGRY
 Presidente
 CPF n°. 008.158.451-20


 Ronilson Pereira da Silva
 Diretor de Controle Interno
 CPF N° 402.177.793-87

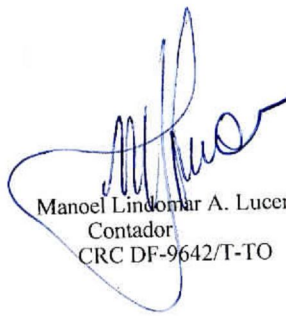
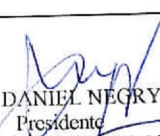


 Manoel Lindomar A. Lucena
 Contador
 CRC DF-9642/T-TO

Tabela 8 - Demonstrativo dos Limites


ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE/2008

R\$ 1,00		
LRF, art. 48 - Anexo VII	VALOR	% SOBRE A RCL
DESPESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	89.370.435,03	2,74
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	195.646.959,92	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,70 % >	185.864.611,93	5,70
DÍVIDA		
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		
FONTE: TJTO, SEFAZ - RCL		


 Des. DANIEL NEGRY
 Presidente
 CPF nº. 008.158.451-20


 Ronilson Pereira da Silva
 Diretor de Controle Interno
 CPF Nº 402.177.793-87


 Manoel Lindomar A. Lucena
 Contador
 CRC DF-9642/T-TO


 Gizelson Monteiro de Moura
 Diretor Financeiro
 CPF Nº . 789.318.861-78